



Sistematização programa juventude presente **PRODUTO 2**



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



Parceiro Implementador



Secretaria de
Políticas de Prevenção
à Violência e às Drogas



Apresentação



O “Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco” tem como objetivo desenvolver conhecimentos e metodologias inovadoras, bem como ações-piloto voltadas ao fortalecimento da prevenção social ao crime e à violência no estado de Pernambuco, dando ênfase à promoção de espaços urbanos de qualidade e à integração da população mais vulnerável a esses espaços.

Nesse contexto, o Instituto Igarapé, um *think and do tank* independente focado nas áreas de segurança pública, climática e digital e suas consequências para a democracia, realiza a assessoria técnica do projeto. Para isso, colabora com uma proposição de metodologia e estrutura para a implantação de um Observatório de Prevenção à Violência para o estado de Pernambuco, bem como realização de sua implantação.

No presente documento será apresentado a sistematização da metodologia do Programa Juventude Presente e destina-se à gestão e aos demais profissionais que compõem a equipe do Programa. O objetivo é contribuir com uma visão global da metodologia do Programa, que se estrutura por meio de eixos de atuação e do desenvolvimento de ações estratégicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
HISTÓRICO DO PROGRAMA	5
A criação do Programa Juventude Presente	6
PÚBLICO E OBJETIVO DO PROGRAMA	8
Público Prioritário	8
Objetivo Geral	9
Objetivos Específicos	9
METODOLOGIA	9
Eixos de Atuação	10
Conexão Sociocultural	10
Qualificação Profissional	10
Promoção da Cultura de Paz	10
Ações Estratégicas	11
Diagnóstico sobre o território e sobre a juventude presente	11
Oficinas de Conexão Sociocultural	13
Acompanhamento de Universos Prioritários	20
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	23
Indicadores	23
Monitoramento e Avaliação	25
AVANÇOS E DESAFIOS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade são problemas enfrentados por todos os estados brasileiros. Tendo em vista que a população jovem e negra é a mais vitimizada, é preciso pensar em intervenções para e com as juventudes. As estatísticas comprovam que a violência se transformou em uma das principais causas de morte de jovens e é responsável por privar um número considerável deles de liberdade. Dessa forma, é preciso que o Estado desenvolva ações que diminuam as chances dos jovens serem vítimas ou até mesmo perpetradores de violências, oferecendo opções de lazer, estudo e profissionalização e buscando diminuir os efeitos da desigualdade social e econômica sofrida principalmente por jovens pobres e negros.

Por mais que a violência seja um problema de dimensões generalizadas, ela afeta as pessoas de forma diferente de acordo com diversos fatores, tais como localização geográfica, classe social a qual pertence, cor, faixa etária, etc. Segundo o Guia Prático “estratégias para atuação de educadores sociais em contextos violentos”, em uma cidade, por exemplo, os assaltos acontecem com mais frequência nas áreas mais abastadas, enquanto os homicídios se concentram em áreas mais vulneráveis.¹ Dessa forma, as políticas que objetivam enfrentar a violência devem priorizar sua atuação nas localidades com altos índices de homicídios e junto ao público mais afetado pela violência letal, que é o tipo mais grave de violência.

Para atuar com prevenção, o primeiro passo é entender qual o público mais afetado pela violência e ter programas e ações voltados exclusivamente a esse público. De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, no caso da violência letal, os adolescentes e jovens são os mais afetados em qualquer lugar do Brasil e, em Pernambuco, não é diferente.² Além disso, o uso do enfoque territorial pelas políticas públicas tem se intensificado no país, sobretudo naquelas voltadas à defesa, promoção e efetivação de direitos. Nesse sentido, pensar a segurança pública a partir do território é fundamental para a superação do grave cenário da violência letal, a construção de uma nova realidade em segurança pública demanda o enfrentamento das inter-relações construídas conflituosamente no espaço, sobretudo no urbano.

A violência expressa nos territórios são indicadores, uma espécie de termômetro, de toda uma realidade social ali constituída e que, na maioria das vezes, relaciona-se com um contexto de negação de direitos e acesso a políticas públicas de proteção e promoção social. Pensar a prevenção à criminalidade no Brasil, um país profundamente marcado pelas desigualdades, a partir de uma abordagem da segurança pública cidadã exige construções que busquem efetivar a cidadania e o acesso à direitos. Sendo assim, a intervenção em prevenção deve ser antes de tudo uma intervenção social, que busque promover a inclusão e a inserção social do público mais afetado, a partir de ações nos

¹https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Guia_pratico_educadores_sociais_contextos_violentos_SD.pdf

²<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/fbsp-vulnerabilidade-juveni-violencia-desigualdade-racial-2017-relatorio.pdf>

territórios, em especial naqueles em que os indicadores de marcação social da diferença e de criminalidade se destacam.

O Programa Juventude Presente, vinculado à Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas do Governo do Estado de Pernambuco (SPVD), executado pela Superintendência de Promoção e Inclusão Social, a SUPIS, é fruto de um longo processo de construção do Pacto Pela Vida, uma política pública de segurança, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o poder público. A teoria e a experiência mostram que segurança não é apenas “questão de polícia” e que o Estado pode e deve desenvolver soluções criativas e, sobretudo, conectadas em cada bairro e comunidade, no sentido de somar esforços e recursos, estaduais e municipais, para preservar o direito à segurança, com a participação de atores sociais locais.

Este documento é uma sistematização da metodologia do Programa Juventude Presente e destina-se à gestão e aos demais profissionais que compõem a equipe do Programa. Existem diversos orientadores do trabalho do Juventude Presente, mas este documento objetiva contribuir com uma visão global de sua metodologia, que se estrutura por meio de eixos de atuação e do desenvolvimento de ações estratégicas. A demanda para que o Programa Juventude Presente fosse sistematizado surgiu no âmbito da "Cooperação Pernambuco: Prevenção, Cidadania, Segurança".³

Para elaborar o presente documento foram realizados levantamentos documentais, entrevistas com a equipe gestora, coordenação técnica, supervisores/as, articuladores/as de políticas públicas integradas e oficinairos/as, além de grupos focais com a equipe técnica do Programa. Com intuito de sistematizar a metodologia do Programa, bem como buscando contribuir na promoção de reflexões para seu aprimoramento, o texto está dividido em cinco partes: na primeira será apresentado um histórico do Programa, desde a criação do Pacto pela Vida até o amadurecimento da política de prevenção no estado; na segunda são apresentados o público prioritário, o objetivo geral do Programa e os objetivos específicos que orientam a estruturação das ações; na terceira tem-se um detalhamento da metodologia, contendo os eixos de atuação e as ações estratégicas, destacando o passo-a-passo para sua implementação; na quarta são apresentados os indicadores e o processo de monitoramento e avaliação. A quinta e última parte deste documento apresenta os principais avanços e desafios identificados nos três primeiros anos de execução do Juventude Presente e aponta caminhos para que os objetivos do Programa sejam alcançados, ou seja, que haja uma redução efetiva da vitimização da juventude no estado de Pernambuco.

³A Cooperação Pernambuco é uma iniciativa multiagência, liderada pela Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD, que conta com a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), do PNUD, da Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e do Instituto Igarapé. Trata-se de esforço conjunto para desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social e situacional dos crimes e das violências.

HISTÓRICO DO PROGRAMA

A criação do Programa Juventude Presente é fruto de um longo processo de amadurecimento da Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no estado de Pernambuco. No início da década de 2000, o estado vinha sofrendo com o grave problema da violência, em um cenário no qual Recife apresentou a maior taxa de homicídios entre todas as capitais do país (2000 a 2006) e Pernambuco a maior taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) entre os estados brasileiros, com índices maiores que o dobro da média nacional (2004 e 2005). Desde então o estado tem um longo percurso discutindo segurança pública e pensando em formas de reduzir os crimes contra a vida.

Em 2007 foi criado e apresentado o Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE) que deu origem ao Programa Pacto Pela Vida (PPV). A atuação do estado a partir da Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência, era um dos eixos do Pacto Pela Vida, que pressupunha ações transversais e integradas, construídas com pactuações com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa, os Municípios e a União, visando contribuir de forma qualificada, por meio da promoção de ações de políticas públicas nos territórios com maior incidência criminal.

Dentro da linha da intervenção comunitária ou social, foram desenvolvidos diversos projetos pelas Secretarias de Saúde, Educação, Esportes, Juventude e Emprego, Mulher, Comunicação, Articulação Social e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, entre os quais dois merecem destaque pelo caráter inovador e impacto nos índices de criminalidade e violência no estado: o Programa Governo Presente de Ações Integradas para Cidadania e o Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares – Programa ATITUDE, que visam atender às demandas de um recorte de público específico com alto grau de vulnerabilidade, e que apesar de inicialmente estarem em estruturas governamentais diferentes (Secretaria Especial de Articulação Social e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, respectivamente) convergiam para consolidar a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência em Pernambuco.

Após um longo processo de amadurecimento de quase 10 anos, em 2017, por meio da parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e do monitoramento dos indicadores dos programas que já eram realizados no âmbito da prevenção à violência (Governo Presente e ATITUDE) foi possível constatar que o principal recorte dessa política deveria se dar com o público jovem, uma vez que as principais vítimas de violência letal eram jovens de 15 a 29 anos. Diante desse diagnóstico, aumentou-se a preocupação com a violência que atingia mais fortemente esse público, o que foi mote para que se iniciasse um diálogo sobre a necessidade de estruturação de um novo programa voltado ao atendimento da juventude.

Em 2018, com o intuito de intensificar as atividades realizadas com a juventude no estado, inicia-se dentro do Programa Governo Presente a construção de estratégias de atuação junto aos jovens. Inicialmente, o foco principal era a qualificação profissional e a

estruturação de núcleos de cultura de paz dentro das escolas. Dentre as ações realizadas haviam fóruns de juventude, oficinas multiculturais, implantação de alguns núcleos de cultura de paz nas escolas públicas dos territórios com maiores índices de marcadores de vulnerabilidade e promoção de cursos de qualificação profissional que buscavam possibilitar a inserção social e acesso ao mercado de trabalho.

Tais ações tinham por objetivo promover um amplo debate com a juventude pernambucana, sobretudo a partir dos fóruns, que levantaram uma série de demandas da comunidade, para organizar melhor a política de prevenção a partir do protagonismo juvenil. Além disso, buscou-se nesses espaços fomentar o empoderamento nesse corte etário, que são potencialmente os maiores autores de certos tipos de condutas ilícitas, mas também potenciais vítimas deste perverso sistema que se estruturou no ambiente da violência em todo o país. Esses fóruns forneceram subsídios fundamentais para a construção do Programa Juventude Presente.

Apesar de os números de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) ocorridos em 2017 em Pernambuco na faixa-etária de 15 a 29 anos serem bastante críticos, em 2018, ano em que se iniciaram as ações voltadas à juventude no Governo Presente, de acordo com dados do Programa, houve uma redução de 27,23% em relação ao ano anterior. Por isso, houve um interesse dos gestores públicos em investir em um programa específico e focado na juventude.

A criação do Programa Juventude Presente

No ano de 2019, o Governo do Estado de Pernambuco passa por uma reforma administrativa e, no âmbito dessa reforma, a área de prevenção social à violência e às drogas sai da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e ganha status de secretaria, visando, dentre outras coisas, o fortalecimento da Política de Prevenção Social ao Crime e a Violência. É criada, por meio da Lei nº 16.561, de 27 de fevereiro de 2019, a Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD).

A SPVD é um órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, que tem por finalidade e competência articular, planejar, coordenar, controlar, propor, estimular, organizar, gerir e executar as atividades, ações, projetos e programas inseridos na Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência (Governo Presente e Juventude Presente), em articulação com a União, Municípios, as áreas de Segurança Pública, Planejamento e Gestão do Estado, a partir de estratégias intersetoriais e intragovernamentais de atuação territorial de promoção e proteção social, com foco prioritário na população de adolescentes, jovens, grupos vulneráveis e universos prioritários.

Dois meses depois a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no Estado de Pernambuco passa a ser instituída por meio da Lei nº 16.569, de 15 de maio de 2019. Ao enviar uma proposta de Lei à Assembleia Legislativa, que a aprovou por unanimidade, o Governo do Estado de Pernambuco apresenta o primeiro legado da política de prevenção:

um mecanismo capaz de permitir à sociedade civil futuros debates, revisões, aprimoramentos e ampliação de conquistas.

Esta mesma Lei cria e institui o Programa Juventude Presente dentro da estrutura da SPVD, ele passa a fazer parte da Secretaria Executiva de Articulação e Prevenção Social ao Crime e à Violência (SEAPREV), juntamente com o Programa Governo Presente e com o Plano Estadual de Prevenção Social - Pernambuco pela Prevenção. A Lei nº 16.569, de 15 de maio de 2019, cita no art. 2º, § 1º, inciso II, a prevenção seletiva, onde se constitui o Programa Juventude Presente:

*Art. 2º A Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência, a ser observada pelas secretarias, órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional estaduais e entes federativos, tem por objetivo contribuir para a prevenção e redução do crime e da violência, **por meio da promoção de ações integradas de políticas públicas nos territórios de maior incidência criminal para superação das vulnerabilidades indutoras de violência e da criminalidade, tendo como foco prioritário a atenção a grupos e segmentos sociais mais vulneráveis.***

§ 1º A Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência terá os seguintes níveis de prevenção:

*II - prevenção seletiva, baseada em ações de média ou longa duração destinadas a subgrupos e segmentos da população geral com características específicas identificadas como de risco, mais suscetíveis de serem acometidas pela violência ou de praticarem crimes, mais especificamente aos fatores que contribuem para a vulnerabilidade ou resiliência destas pessoas, visando a evitar o seu envolvimento com o crime e a violência, de modo a inibir ou minimizar os danos causados pela sua vitimização, **priorizando o recorte etário adolescente/juvenil de 12 (doze) a 29 (vinte e nove) anos.** (Lei nº 16.569, de 15 de maio de 2019, grifo de nossa autoria).*

O Programa Juventude Presente tem o intuito de atender ao público que, de acordo com diagnóstico de monitoramento da SEPLAG, foi apontado como o mais vulnerável à criminalidade e à violência, quais sejam: adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos. O Programa consiste em um conjunto de estratégias que visam promover a inserção e reinserção social, desenvolvimento pessoal e capacitação profissional, bem como a promoção dos valores socioculturais e disseminação de cultura de paz, na perspectiva de desconstrução de padrões culturais historicamente indutores de violência.

Além do foco no público, o Programa também atua nos territórios mais vulneráveis. Portanto, em 2021, a SPVD, em parceria com a SEPLAG, voltou a olhar para os territórios e

redefiniu os locais de atuação prioritária da secretaria. A seleção desses territórios foi realizada levando-se em consideração as seguintes variáveis: número de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI); número de CVLI pela motivação entorpecentes; número CVLI pela motivação de crimes de proximidade; número de tentativas de CVLI; número de ocorrência de Posse/Porte de Drogas e número de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) - roubo a transeuntes. Além dos dados da segurança pública, também foram consideradas bases de dados de outras secretarias do estado, tais como educação, saúde e assistência social.

Sendo assim, nessa nova seleção foram elencados 62 territórios com objetivo de ampliar a capilaridade das ações de prevenção à violência para esses locais. Desses 62, o Programa Juventude Presente está em 49 territórios, que foram selecionados dentre aqueles com índices mais alarmantes, com base nos estudos do Programa Pacto Pela Vida.

Outra iniciativa importante que ocorreu no ano de 2021 com o auxílio da Cooperação Pernambuco, foi a definição do marco lógico da política de prevenção e também dos diferentes programas da SPVD. Assim, o objetivo geral, os objetivos específicos e os indicadores a serem acompanhados do Programa Juventude Presente foram discutidos com a equipe gestora e equipe técnica do Programa. O resultado foi a modificação desses, de forma a não ser apenas um Programa voltado ao público jovem em geral, mas especificamente uma política que tivesse como foco principal reduzir a violência que atinge uma juventude específica.

Como é possível notar, com o passar dos anos, o Programa Juventude Presente vai ganhando robustez e direcionamento. Na próxima seção, serão apresentados o público prioritário e os objetivos elaborados para o Programa após essa intervenção e, na sequência, serão apresentados os eixos e as ações e estratégias que o estruturam e sustentam.

PÚBLICO E OBJETIVO DO PROGRAMA

Público Prioritário

O Programa Juventude Presente tem como público prioritário de intervenção adolescentes (12 a 17) e jovens (18 a 29 anos), residentes nos territórios com maior concentração de crimes violentos letais intencionais e, principalmente, que esteja em algum grupo descrito a seguir:

- Egressos do sistema de medidas socioeducativas;
- Adolescentes em progressão de medidas socioeducativas;
- Egressos do sistema prisional;
- Reeducandos do sistema penitenciário em regime de progressão de pena;

- Usuários e dependentes de drogas;
- Pessoas em situações de ameaças;
- Vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2016.

Objetivo Geral

Reduzir o envolvimento de adolescentes e jovens em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos territórios com maior vitimização de jovens de Pernambuco.

Objetivos Específicos

- a) Articular e acompanhar o atendimento, acolhimento e orientação de adolescentes (e familiares) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos bairros com maior vitimização de jovens;
- b) Articular e fortalecer a rede protetiva dos adolescentes para promoção de escuta e orientação do jovem, com participação de responsáveis;
- c) Construir e fortalecer referências positivas que influenciem a trajetória dos jovens, promova a superação de barreiras simbólicas e ampliação de repertório cultural;
- d) Fomentar oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelos adolescentes nas escolas, organizações sociais e comunitárias, e equipamentos públicos dos bairros com maior vitimização de jovens;
- e) Fortalecer fatores protetivos de envolvimento de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas em relação à violência, através da promoção da continuidade da trajetória escolar e/ou acesso ao mundo do trabalho formal;
- f) Promover a ressignificação da trajetória de jovens com histórico de envolvimento em atividades criminosas/violência, através da articulação de atividades profissionais e de capacitação, e acesso ao mundo do trabalho formal, nos bairros com maior vitimização de jovens.

METODOLOGIA

O Programa foi estruturado visando atuar por meio de estratégias de inserção e reinserção social dos adolescentes e jovens, mediante articulação das políticas públicas e parcerias institucionais, de acordo com as análises das demandas apresentadas nos territórios prioritários da política de prevenção. Para conseguir alcançar os diferentes objetivos descritos acima, o Programa se estrutura em 3 eixos de atuação e 2 ações estratégicas. Toda essa estrutura será melhor descrita nessa seção.

Eixos de Atuação

Os eixos de atuação é o que define os campos de ação de um Programa e que articulados respondem a um determinado objetivo de mudança social. No caso do Programa Juventude Presente, três eixos principais norteiam a atuação da equipe gestora e técnica: Conexão Sociocultural, Qualificação Profissional e Promoção da Cultura de Paz.

Conexão Sociocultural

O primeiro passo para conseguir gerar interesse de participação dos jovens nas atividades e intervenções propostas é atuar com temas e assuntos que os mobilizem. Nesse sentido, todas as atividades pensadas no Programa buscam se relacionar com aspectos sociais e culturais desses públicos, com a finalidade de gerar uma conexão que seja capaz de atraí-los e mantê-los motivados. A conexão sociocultural é um pilar que compõe o Programa e tem a educação como proposta para um modo de inserção na cultura, de apropriação dos códigos correntes na sociedade e construção de um caminho próprio – a educação para a liberdade⁴. A cultura, esporte e música como a possibilidade de afirmação de identidades, como cultivo de imaginários plurais e como reconhecimento das tradições que não pertencem à lógica da sociedade de consumo. E a arte como a possibilidade de invenção de novas realidades, exercício que pode contribuir de maneira definitiva para a compreensão das potencialidades humanas dos adolescentes por eles mesmos. Trata-se de apostar na potência da juventude e acreditar que os jovens em situação de vulnerabilidade social pertencem, sim, a um projeto de sociedade: tanto por direito quanto pela enorme contribuição que têm a dar ao futuro. Dentro desse eixo algumas estratégias são utilizadas, como a realização de Oficinas de Conexão Sociocultural, que serão apresentadas adiante.

Qualificação Profissional

Outro ponto que estrutura o Programa é a inclusão social e produtiva de adolescentes e jovens residentes nas áreas mais vulneráveis à violência e à criminalidade, de forma com que esse público se sinta pertencente e aceito na sociedade em que vive e, a longo prazo, também seja capaz de diminuir as desigualdades sociais no estado. Algumas estratégias que compõem esse eixo são a oferta de cursos de qualificação profissional e parcerias para inserção produtiva de jovens, que serão melhor descritos adiante.

Promoção da Cultura de Paz

Por fim, a disseminação da Cultura de Paz norteia todas as ações do Juventude Presente, ou seja, é a coluna espinhal do Programa, que sustenta todas as práticas. Busca-se a aproximação e o estreitamento do diálogo com a juventude para o fomento da cultura de paz como prática cotidiana, na perspectiva de desconstrução de valores culturais historicamente indutores de violência. Assim, espera-se contribuir para a prevenção e superação das vulnerabilidades vividas pelos jovens no ambiente doméstico, escolar e territorial por meio de reflexão sobre a importância do diálogo, do respeito, da cooperação

⁴FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 1967.

e da solidariedade. Da mesma forma, o Programa promove o protagonismo juvenil, envolvendo a juventude na construção de mecanismos disseminadores da cultura de paz por meio de participação. Esse eixo é colocado em prática a partir da realização de diversas ações estratégicas, como rodas de diálogo “Papo Reto” e Momento “SE LIGA” nas Oficinas de Conexão Sociocultural, que serão melhores descritos adiante.

Ações Estratégicas

O Juventude Presente é um Programa que, além de estreitar laços nas comunidades, ajuda na implantação de políticas públicas mais eficientes e na mudança de trajetórias de jovens e adolescentes. Sendo assim, os eixos de atuação do Programa se concretizam em duas principais ações estratégicas que visam possibilitar que o trabalho de prevenção à violência junto à juventude seja efetivado: as Oficinas de Conexão Sociocultural e o Acompanhamento de Universos Prioritários (UPs – aqueles adolescentes e jovens que se enquadram nos critérios de público prioritário do programa).

Entretanto, antes de iniciar as ações estratégicas, a atuação da equipe do Programa Juventude Presente no território precisa realizar um diagnóstico do local e também do público que irá atuar. O modo de implementar essas ações será melhor explicitado a seguir:

Diagnóstico sobre o território e sobre a juventude presente

Para desenvolver um programa que objetiva intervir na realidade social o primeiro passo é o conhecimento do cenário no qual irá atuar, que se realiza por meio da análise da situação local, para posterior planejamento, com a concepção e elaboração de ações que serão operacionalizadas para implantação e execução do programa, com vistas a alcançar os objetivos e alterar a realidade social na qual se quis intervir. A leitura sociocultural georreferenciada do território é um passo fundamental para a construção do trabalho na localidade, pois permite uma melhor compreensão e definição do campo de atuação com a juventude presente na comunidade. Por isso, o primeiro passo é definir o perfil do território, realizar seu mapeamento, bem como das referências comunitárias e da rede, além de traçar o perfil da juventude ali presente.

Importante ressaltar que o Juventude Presente efetiva a sua atuação por meio da articulação de políticas públicas já existentes, constituindo-se então como um Programa meio e não fim. Dessa forma, como a atuação do Programa se dá a partir de articulações com atores e serviços sociais, é preciso que seja realizado o mapeamento local antes do início das intervenções territoriais. Por isso, logo após a implantação das primeiras oficinas do Programa, se deu a chegada dos/as articuladores/as de políticas públicas integradas nos territórios, profissionais contratados/as pela SPVD para a construção de um diagnóstico de intervenção dos territórios de atuação da prevenção e para o acompanhamento dos jovens dessas localidades.

Como construir um diagnóstico de intervenção?

Cada território conta com um/a articulador/a de políticas públicas integradas, que são profissionais com formação nas áreas sociais e humanas (psicologia, pedagogia ou serviço social), eles têm a responsabilidade de trabalhar o território, promovendo quando necessário a articulação das políticas públicas ali existentes. Quando o/a articulador /a de políticas públicas integradas chega na comunidade, ele/a faz uma leitura das dinâmicas da violência no local e mapeia todos os microterritórios ali existentes. Posteriormente ele/a constrói um diagnóstico de intervenção, que deve levar em conta os dados do mapa da violência daquela localidade, e propor ações que mobilizem a rede de atuação local e regional e os equipamentos e serviços públicos, qualificando quais são eles e de onde estão localizados, considerando como está sua atuação no território e apontando formas de envolvê-los na pauta da prevenção à violência.

Sendo assim, para além da execução de atividades do Programa Juventude Presente, o/a articulador/a de políticas públicas integradas é o/a profissional que trabalha nas Estações Regionais e/ou nos Núcleos de Prevenção. São eles/as que atuam movimentando a rede daquele território, além das ações estratégicas do Programa: Oficinas de Conexão Sociocultural e o Acompanhamento dos Universos Prioritários. Para a execução das oficinas foi firmada parceria com uma organização da sociedade civil, que é responsável pela contratação de equipe específica para execução das Oficinas de Conexão Sociocultural (Coordenação de Oficinas), composta por: uma coordenação, quatro supervisores/as, oficineiros/as, dois/duas auxiliares técnicos/as e três motoristas. Tanto a SPVD quanto a instituição parceira possuem uma equipe de supervisores/as, que são os responsáveis pelo acompanhamento das ações estratégicas.

Os/as supervisores/as contratados pela organização da sociedade civil são aqueles/as que acompanham mais de perto a execução das oficinas e o trabalho dos/as oficineiros/as. São eles/elas que auxiliam na execução das oficinas, apoiando na contratação dos/as oficineiros/as, acompanhando seu trabalho para que a metodologia do Programa seja cumprida e fiscalizando o correto cumprimento dos prazos, horários, utilização e preenchimento dos instrumentais do dia-a-dia do trabalho. Os/as supervisores/as da SPVD, por sua vez, acompanham mais de perto o trabalho dos/as articuladores/as de políticas públicas integradas e as metas estabelecidas: meta de oficinas por territórios e meta de Acompanhamentos de Universos Prioritários por oficina.

Onde tudo começa: mapeando a rede e desenhando o perfil da juventude local

Dentro do território existem instituições comunitárias, como por exemplo as associações de moradores; a rede de saúde pública, com os agentes comunitários de saúde que, em muitos casos, são moradores locais; as instituições educacionais, públicas e privadas; o batalhão de polícia militar de atendimento local; em alguns municípios, a guarda municipal; instituições da política de assistência social; organizações sociais, igrejas, comércios, etc. Cada articulador constrói uma estratégia junto à rede local para compreender as condições de vida, as necessidades e potencialidades do território, bem como a identificação de áreas mais violentas e/ou vulneráveis para que sejam alvo de uma intervenção, como por exemplo, a oferta de Oficinas de Conexão Sociocultural.

Além disso, o/a articulador/a de políticas públicas integradas visita as instalações dos equipamentos e dos espaços públicos presentes na comunidade, buscando identificar fatores de risco, como a existência de lotes vagos e/ou terrenos baldios; e espaços de lazer como praças, quadras, campos, parques, etc. Por meio deste mapeamento ele seleciona locais que precisam de intervenções do poder público ou que têm potencialidades para instalação de oficinas do Programa Juventude Presente. Lembrando que a intervenção qualificada em locais de risco promove uma requalificação deste espaço o que possibilita a promoção de atividades que favoreçam a presença das pessoas e a convivência comunitária, promovendo a vigilância natural do espaço⁵.

Ademais, os/as articuladores/as de políticas públicas integradas identificam pessoas que são referências na comunidade, que possam contribuir para o conhecimento da realidade local, do perfil da juventude ali presente e suas demandas. Em diálogo com esses atores, com as instituições locais e com a juventude presente no território são levantadas as principais demandas para as Oficinas de Conexão Sociocultural, ou para a celebração de cursos de qualificação profissional na comunidade, por exemplo. Além disso, é nesse contato que são descobertos potenciais parceiros/as para as ações do Programa, como oficinairos/as. Por meio do trabalho nos territórios os/as articuladores/as podem fomentar a realização de parcerias com organizações do Terceiro Setor e instituições privadas para atendimento ao público do Programa, tais como para a qualificação e/ou inserção profissional. Ademais, é o/a articulador/a que realiza o Acompanhamento dos Universos Prioritários do Programa.

Os/as articuladores/as, profissionais que chegam primeiro nos territórios, são os responsáveis por realizar as seguintes ações:

- Realizar uma análise das demandas de cada um dos territórios;
- Desenhar o perfil da juventude que mora ou frequenta aquele território;
- Promover a integração entre as políticas voltadas para essa faixa etária;
- Realizar parcerias institucionais que permitam melhorar a qualidade de vida desses adolescentes e jovens atendidos.

Oficinas de Conexão Sociocultural

O objetivo das oficinas é promover espaços de socialização, buscando estabelecer vínculos com os jovens e adolescentes de cada território, estimulando o protagonismo juvenil e a construção de um projeto de vida pautado no respeito, tolerância e solidariedade. O passo-a-passo para a execução desta ação consiste no planejamento das atividades das Oficinas de Conexão Sociocultural, com a posterior implantação das oficinas e o acompanhamento e monitoramento de sua execução. Esse passo-a-passo encontra-se detalhado no Manual de Procedimentos do Programa Juventude Presente.

⁵https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Guia_pratico_educadores_sociais_contextos_violentos_SD.pdf

As ações socioculturais devem exercer uma influência sobre a vida dos adolescentes e jovens, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual). Após a institucionalização do Programa Juventude Presente, em maio de 2019, a primeira estratégia que se consolidou dentre as estratégias executadas pelo Programa foram as Oficinas de Conexão Sociocultural, localizadas no eixo de atuação Conexão Sociocultural com o desenvolvimento de estratégias do eixo Promoção da Cultura de Paz. As oficinas são a principal estratégia de aproximação e atendimento ao público do Programa e são implantadas em áreas de abrangência e interesse social, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos jovens.

Portanto, as oficinas são a principal estratégia de aproximação e uma das portas de entrada dos adolescentes e jovens no Programa, para viabilizar o atendimento e posterior acompanhamento desse público nos territórios prioritários para a política de prevenção. Tem como proposta valorizar a comunidade e estimular a cultura de paz, promovendo a inserção ou reinserção social dos participantes. As Oficinas de Conexão Sociocultural possibilitam aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social o desenvolvimento de habilidades e o exercício pleno da conduta cidadã na conquista de uma sociedade mais justa e solidária, elas devem:

- Estimular a capacidade crítica e criativa dos adolescentes e jovens moradores em comunidades vulneráveis;
- Promover o acesso dos adolescentes às atividades culturais, ambientais e artísticas;
- Instigar a prática de ações solidárias;
- Desenvolver atitudes de respeito e cidadania, prevenindo situações que possam ameaçar a paz.

As oficinas trazem uma proposta de valorizar o saber local e promover a inserção ou reinserção social dos jovens na comunidade, estimulando a cultura de paz, através da capacitação de oficinairos/as, que moram na própria comunidade, e oferecendo atividades esportivas e culturais, escolhidas de acordo com a solicitação dos jovens e adolescentes de cada localidade. Cada jovem pode escolher participar de mais de uma atividade. As oficinas do Programa Juventude Presente oferecem oportunidades de conexões socioculturais, estimulam a formação de grupos com identidade própria, difundem a cultura de paz e valorizam o território, priorizando a contratação de oficinairos/as na própria localidade.

Como definir a oficina?

As Oficinas de Conexão Sociocultural devem acontecer onde for melhor para se chegar nos jovens, como por exemplo naquele campo onde eles costumam se reunir à tarde. A escolha do local da oficina deve sempre priorizar a chegada ao jovem, sendo possível ainda que seja articulado junto ao poder público a manutenção desses espaços quando os mesmos não se encontrem em boas condições para a execução das atividades. A preferência é que

as oficinas aconteçam em espaços abertos, de modo a favorecer a chegada do público, sobretudo do Universo Prioritário, uma vez que, o Programa deseja alcançar também àqueles jovens que não estão inseridos em outras instituições ou serviços, os jovens que atualmente conhecidos como “nem nem”⁶, àqueles que nem estudam, nem trabalham.

Dessa forma, os/as articuladores/as de políticas públicas integradas mapeiam os locais estratégicos dentro da comunidade para que sejam ofertadas oficinas. Quando não é possível que elas sejam realizadas nos espaços públicos presentes no território elas podem ser realizadas em equipamentos públicos, tais como escolas, ou em espaços de instituições parceiras. Além disso, o/a articulador/a de políticas públicas integradas identifica pessoas na própria comunidade que já desempenham algum trabalho ou que tenham alguma ligação com a juventude local, para que sejam capacitados para atuarem como oficinairos/as. As oficinas também representam uma oportunidade para os oficinairos/as, que são identificados e contratados nas comunidades.

Com relação às temáticas das Oficinas de Conexão Sociocultural, elas foram construídas junto com a juventude pernambucana nos fóruns do Programa Governo Presente. Foram elencadas àqueles temas que mais apareciam e, o/a articulador/a de políticas públicas integradas, em diálogo com a comunidade, sobretudo por meio das lideranças comunitárias, instituições e juventude local, definem quais serão as temáticas a serem trabalhadas naquele território e identificam os ativos sociais ali presentes para a execução das oficinas, desde oficinairos/as em potencial até espaços possíveis para a realização das atividades da oficina.

Atualmente as oficinas podem ser de futebol, grafite, danças urbanas, capoeira, meio ambiente, percussão, fotografia e produção de vídeo. É no diálogo com os adolescentes, jovens e outros atores do território que é feito um levantamento das temáticas das oficinas que ali serão executadas, o foco na escolha da temática é sua aderência junto ao público do Programa. Essa definição é realizada dentro de um escopo predeterminado que foi levantado tendo como base aquilo que mais apareceu como demanda das juventudes durante a realização de fóruns do Programa Governo Presente.

Onde tudo começa: a mobilização e inscrição dos jovens para as oficinas

A mobilização para participação nas Oficinas de Conexão Sociocultural é uma responsabilidade compartilhada entre o/a oficinairo/a e articulador/a de políticas públicas integradas, são eles/as que realizam as inscrições dos participantes por meio de formulário próprio. Muitas vezes o primeiro contato do jovem com o Programa se dará pelo/a oficinairo/a, que é portanto uma figura central na aproximação com o público, por isso é fundamental que ele/a sensibilize e fomente os adolescentes e jovens a frequentarem as oficinas. É importante também que esse profissional tenha sensibilidade para identificar, dentre os participantes da oficina, aqueles que pertencem ao Universo Prioritário, para convidá-los ao acompanhamento. Nesse sentido, é muito importante a qualificação dos/as oficinairos/as para uma escuta ativa e qualificada nas oficinas, aliada à sua vivência e experiência no território.

⁶https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/quem-s_o-os-jovens-nem-nem_0.pdf

No dia-a-dia das oficinas o/aicineiro/a, juntamente com o/a articulador/a de políticas públicas integradas, identificam as vulnerabilidades dos adolescentes e jovens inscritos, bem como fazem um levantamento das demandas que eles apresentam. O/a articulador/a é o responsável pela construção do acompanhamento do jovem, já que ele é quem constrói os encaminhamentos para a rede de proteção social. Além disso, é importante que ele/a esteja atento para as demandas que são endereçadas ao acompanhamento, para identificar repetições que possam ensejar construção coletivas, como a oferta de cursos de qualificação profissional, por exemplo. A execução da oficina cabe ao/aicineiro/a e o encaminhamento e acompanhamento do adolescente e jovem na rede de proteção social é atribuição do/a articulador/a de políticas públicas integradas, que fica também com a responsabilidade de articular a rede.

As Oficinas de Conexão Sociocultural devem possuir regras de convivência estabelecidas pelo grupo participante (adolescentes, jovens eicineiros). Estas regras são fundamentais para que haja respeito às individualidades e diferenças. As oficinas socioculturais deverão garantir o estabelecimento de relações entre os adolescentes e jovens que primam pelo diálogo na solução de problemas e conflitos. Cada oficina terá carga horária total de 16 horas/aula. Sendo ministradas duas vezes na semana, durante 4 (quatro) semanas consecutivas (ou alternadas, a depender da dinâmica de cada localidade), respeitando o limite de duração de 2 horas/aula por dia. Cada oficina deve contar com no mínimo 15 e no máximo 30 participantes cada uma.

Deverão os/asicineiros/as em momento de reflexão acolher os adolescentes e jovens, independentemente de suas habilidades nas atividades culturais, esportivas e de lazer desenvolvidas na oficina; dar abertura para a expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais ou preconceitos; promover momentos de discussão e reflexão sobre as escolhas, posturas e responsabilidades dos adolescentes e jovens; trabalhar temáticas como juventude, violência, segurança pública, direitos humanos, cidadania a partir daquilo que os adolescentes e jovens apresentam ou manifestam no espaço da oficina.

São atribuições dos/asicineiros/as:

- Realizar Oficinas de Conexão Sociocultural junto aos beneficiários;
- Cuidar dos materiais, equipamentos e mobiliários cedidos para a realização das atividades, responsabilizando-se pela guarda dos mesmos;
- Estimular o processo de criatividade individual e coletiva, contribuindo para o fortalecimento da autoestima;
- Fomentar a reflexão dos beneficiários sobre a influência cultural da nossa identidade;
- Refletir sobre os princípios básicos dos vários seguimentos da arte, favorecendo o exercício da cidadania;
- Trabalhar a relação corpo/identidade, adolescentes e jovens, através do trabalho de expressão corporal;
- Possibilitar a resolução de conflitos a partir dos princípios éticos e morais inerentes ao exercício da produção artística, individual/coletivo;

- Fortalecer os vínculos afetivos e comunitários através da troca de experiências e intercâmbio cultural;
- Acompanhar os beneficiários nas diversas atividades culturais;
- Elaborar e enviar relatórios e instrumentais nos moldes e prazos estabelecidos pela coordenação;
- Aplicar instrumentais pedagógicos demandados;
- Registrar todas as atividades em foto e vídeo;
- Participar de reuniões com a coordenação.

Acompanhamento das oficinas: instrumentais, monitoramento e avaliação

As Oficinas de Conexão Sociocultural são acompanhadas de perto pela SPVD, por meio da equipe técnica da SUPIS, e pela organização da sociedade civil por meio da equipe de Coordenação Técnica das Oficinas. O acompanhamento se dá não só como fiscalização das atividades, mas para identificação daquelas oficinas que se destacam, que são analisadas para os acertos serem potencializados nas demais. Se o destaque estiver relacionado com o/a oficineiro/a, ele/a é convidado/a para ter novas turmas. O processo de acompanhamento das oficinas no território é realizado pelos/as articuladores/as de políticas públicas integradas, por meio de visitas periódicas aos encontros. O acompanhamento do/a oficineiro/a, para seu desenvolvimento profissional, bem como para construção metodológica da oficina, e a execução das atividades propostas em cada um dos encontros é realizado pela OS, por meio da equipe de Coordenação Técnica das Oficinas.

Cabe ao/à oficineiro/a registrar os diferentes momentos de cada um dos encontros da oficina e, junto ao/à articulador/a de políticas públicas integradas, enviar para a equipe técnica da Coordenação das Oficinas. O registro permite que eles/as mostrem a oficina sendo executada, momentos exitosos, e a partir disso, são orientados a realização de novas experiências a serem vivenciadas. Tais registros (por exemplo, fotografias e vídeos), devem ser constantes pois são elementos indispensáveis no processo de qualificação, avaliação e principalmente, captura dos momentos de transformações dos olhares dos adolescentes e jovens.

As oficinas são executadas e registradas pelos/as oficineiros/as e os registros servem de subsídio aos relatórios mensais produzidos pela equipe de Coordenação Técnica das Oficinas. As oficinas serão desenvolvidas considerando a especificidade de cada modalidade e no planejamento pedagógico o enfoque principal será o diálogo realizado durante o Momento “Se Liga”, baseado nos oito pilares da Cultura de Paz da UNESCO: 1 Cultura de paz através da educação; 2 Desenvolvimento econômico e social sustentável; 3 Respeito a todos os direitos humanos; 4 Igualdade entre mulheres e homens; 5 Participação democrática; 6 Compreensão, tolerância e solidariedade; 7 Comunicação participativa e livre fluxo de informação e conhecimento; 8 Paz e segurança internacional. Além disso, os/as oficineiros/as trabalham com a perspectiva de formação dos adolescentes e jovens para que eles possam ser multiplicadores da cultura de paz nos territórios e futuramente possam vir a ser oficineiros/as, também.

O planejamento pedagógico é o instrumento norteador das atividades das oficinas, no qual deve conter: justificativa, objetivo, temas do momento “Se Liga”, técnicas e recursos didáticos e o processo avaliativo de cada encontro. Esse planejamento pedagógico das oficinas é de responsabilidade dos/as oficinairos/as, que deve ser acompanhado pelo/a articulador/a, no que se refere ao preenchimento e execução das atividades propostas.

As Oficinas de Conexão Sociocultural terão os seguintes instrumentais para serem preenchidos pelos/as oficinairos/as:

- Ficha de inscrição
- Termo de autorização
- Planejamento pedagógico
- Atas
- Relatório final das atividades vivenciadas
- Relatório de acompanhamento individual
- Avaliação do evento

Imprescindível para validar a oficina, a ficha de inscrição é o contato inicial com o beneficiário constando dados pessoais e assinatura do aluno e do responsável, é o instrumental que serve de guia para os demais, no qual consta os dados pessoais e sociais e oferece subsídios para possíveis encaminhamentos ou outros serviços socioassistenciais. A ficha de Inscrição é acompanhada do termo de autorização onde o responsável autoriza o adolescente ou próprio jovem autoriza o uso e veiculação da imagem e som pelo Programa.

As atas de frequências e lanche, como também a de materiais específicos de cada oficina são para prestação de contas dos materiais que são repassados para os beneficiários das oficinas. O relatório final das atividades vivenciadas, contém a descrição das dificuldades encontradas e resultados alcançados. O relatório de acompanhamento individual do beneficiário, contém um relato do histórico de desenvolvimento do público, contendo, seu comportamento inicial, desenvolvimento e o comportamento final dos adolescentes e jovens nas oficinas. Por fim, tem-se a avaliação do evento – Programa Juventude Presente, através deste instrumento os participantes podem avaliar o/a oficinairo/a e o atendimento e acompanhamento da equipe do Programa.

O registro das Oficinas de Conexão Sociocultural é imprescindível para o acompanhamento da SPVD, e se dá por meio da SUPIS com os seguintes instrumentais:

- Ficha de inscrição
- Termo de autorização
- Ficha individual JP
- Ficha de visita às oficinas
- Autorização para participação em atividade
- Planejamento de execução, cronograma e monitoramento
- Relatório Técnico de Monitoramento de Supervisão SUPIS

A ficha de inscrição, conforme mencionado anteriormente, tem como objetivo inscrever o jovem na oficina, e servirá como instrumento para alimentar a base de dados. O termo de autorização tem como objetivo formalizar a autorização do uso e veiculação de imagem, a ser preenchido e assinado pela pessoa responsável da pessoa menor de 18 anos ou pelo próprio jovem maior de idade. Tais instrumentais são preenchidos pelo/a oficinairo/a juntamente com o/a articulador/a e a cópia é disponibilizada para a SUPIS. Já a ficha individual JP tem como objetivo registrar o acompanhamento dos jovens participantes da oficina que apresentem demandas com seus encaminhamentos e inserções. A ficha de visita às oficinas tem como objetivo orientar a observação e registro das informações essenciais durante as visitas de supervisão às oficinas, realizadas por articuladores/as de políticas públicas integradas. A autorização para participação em atividade tem como objetivo obter a autorização do responsável para participação de atividades externas.

O planejamento pedagógico serve para organizar as atividades e os conteúdos que deverão ser trabalhados nas oficinas. O planejamento de execução, cronograma e monitoramento tem como objetivo a compilação das informações acerca da participação em oficinas. Por fim, o relatório técnico de monitoramento de supervisão SUPIS objetiva registrar e sistematizar as informações referentes às atividades desenvolvidas pelas equipes locais. Com este instrumental é possível observar as atividades, ações e possíveis entraves observados no âmbito local. Corresponde à base de dados que possibilita a visualização das demandas levantadas que encontraram algum entrave e que para isso necessitam de parcerias a nível estratégico.

A proposta de monitoramento das oficinas foi concebida numa perspectiva de avaliação dos processos e dos resultados, trazendo em si um potencial formativo que proporciona a todos os envolvidos elementos de reflexão e aprimoramento de suas concepções e práticas. Para além desse aspecto, cabe ressaltar que a avaliação de políticas e programas sociais é de extrema relevância, não apenas para aferir seus resultados e impactos, mas, principalmente como instrumento imprescindível de gestão. O monitoramento constante é importante para observar como um todo o andamento das oficinas, trazendo subsídios para as estratégias de execução. A observação e reflexão sobre o pensamento técnico e pedagógico no contexto social, entre todas as ações desenvolvidas, proporciona elementos para respaldo das atividades realizadas nas oficinas.

Momento “Se Liga”

Uma das estratégias do Programa Juventude Presente é fomentar espaços específicos de diálogo e reflexão dentro das oficinas de conexão sociocultural, sendo assim, geralmente, alguns minutos em todos os encontros das oficinas e todo o oitavo encontro são dedicados ao “Momento Se Liga”, que se realiza por meio de metodologias voltadas à promoção do diálogo e reflexão junto à juventude e que buscam trabalhar temas transversais ao trabalho desenvolvido pelo Programa.

O Momento Se Liga tem por objetivo promover a participação dos adolescentes e jovens na construção efetiva da cultura de paz, baseado nos oito pilares da UNESCO, onde será

possível perceber o que dizem e sentem os adolescentes e jovens nos seus territórios, de acordo com a realidade vivenciada individualmente por cada um. Durante todos os encontros da oficina essas temáticas são abordadas, mas sobretudo no oitavo encontro os temas são trabalhados com uma maior profundidade, sendo que o último encontro das oficinas é dedicado à amarração do que foi trabalhado com o grupo de jovens ao longo de todo o processo.

Papo Reto

O Papo Reto sobre prevenção à violência é mais uma estratégia de promoção da cultura de paz. Serve para oferecer novas visões aos jovens, estimular a cultura de paz, mas também é útil como fonte de informações sobre o que a nova geração quer. Os eventos são diferentes a cada edição e reúne um público de aproximadamente 300 adolescentes e jovens que participam das oficinas do Programa para uma atividade no formato de roda de conversa. São escolhidos alguns convidados para tecer esse diálogo com os participantes, selecionados entre personalidades da sociedade, profissionais com alguma especialidade ou pessoas conhecidas que tenham conhecimento e informação que sejam do interesse dos adolescentes e jovens.

O evento começa com uma apresentação do convidado, que geralmente fica no centro, e é entregue um microfone para que ele possa compartilhar com o público a construção do espaço. A conversa não faz curva: as perguntas são claras, algumas inesperadas e as respostas são diretas, são reais e podem ser polêmicas. As conversas que já foram realizadas até o momento abordaram, dentre outros, os seguintes temas: preconceito, tiveram críticas à educação, se falou sobre armamento, racismo, saúde em situações de gravidez adolescente, drogas, identidade de gênero, etc.

Acompanhamento de Universos Prioritários

O objetivo dessa ação estratégica é fomentar o fortalecimento dos vínculos sociais dos universos prioritários, articulando as ações de políticas públicas integradas para o atendimento das demandas individuais.

Assim, o passo-a-passo para a execução desta ação consiste no planejamento do atendimento aos Universos Prioritários, com a operacionalização do atendimento de pactuação e supervisão do acompanhamento do atendimento às demandas dos UPs e familiares, com seu posterior monitoramento. Esse processo encontra-se detalhado no Manual de Procedimentos do Programa Juventude Presente.

De acordo com a Lei estadual de prevenção, o Programa localiza-se no que foi chamado de prevenção seletiva, ou seja, busca atender a um foco prioritário, que é justamente a juventude mais vulnerável ao risco criminal em cada território, quais sejam: egressos do sistema de medidas socioeducativas; adolescentes em progressão de medidas socioeducativas; egressos do sistema prisional; reeducandos do sistema penitenciário em

regime de progressão de pena; usuários e dependentes de drogas; pessoas em situações de ameaças e vítimas de violência doméstica e familiar. Tem fundamento no princípio basilar de um Estado Democrático de Direito que se constitui pela promoção da justiça social. Essa, por sua vez, se efetiva quando estão garantidos, de forma equitativa, para todas as pessoas, os direitos e as oportunidades. Diante disso, o Juventude Presente não é apenas um Programa de atendimento à juventude, mas um Programa de prevenção à violência que visa, em primeira instância, efetivar a reinserção social de uma juventude específica. Dessa forma, a ideia é chegar naqueles adolescentes e jovens os quais outras políticas públicas não conseguiram chegar e que promova sua inserção social.

O acompanhamento individualizado dos Universos Prioritários busca identificar vulnerabilidades e potencialidades singulares para apoiar a reinserção social do jovem articulando as demandas, dificuldades e anseios individuais com as ações de políticas públicas integradas. Se realiza por meio de visitas dos/as articuladores/as de políticas públicas integradas para identificar as necessidades e potencialidades das pessoas. A partir da realidade identificada é organizada e sistematizada a demanda qualificada por grupo de vulnerabilidades com vistas à construção do plano de acompanhamento dessas demandas.

O Programa recebe de outros órgãos do Governo informações sobre esse público, de modo que possibilite a sua identificação nos territórios de atuação. Atualmente, os órgãos que têm pactuação com a SPVD e são portas de entrada para a captação do Universo Prioritário: Patronato, FUNASE e Programa Atitude. O cadastro do Universo Prioritário é realizado por meio de uma planilha que tem como objetivo listar os Universos Prioritários encaminhados pelos órgãos e permitir a verificação sobre o status do processo de cadastramento, a partir do recebimento até o resultado de cadastrado ou de não cadastrado e por qual motivo. Corresponde a planilha com as informações (dados básicos e de localização) relativas aos Universos Prioritários recebidos dos órgãos, que deverão ser visitados para preenchimento da Ficha Individual de Pactuação e Acompanhamento aos Universos Prioritários – FIPA.

A FIPA é o principal instrumento utilizado e tem como objetivo registrar a pactuação junto ao Universo Prioritário das demandas que serão objeto de atendimento no seu processo de acompanhamento, bem como dos serviços oferecidos durante o acompanhamento, que não foram pactuados inicialmente. Corresponde ao questionário individual que será preenchido pelo/a técnico/a no momento da visita ao Universo Prioritário. O documento traz os registros das perguntas relativas ao perfil do Universo Prioritário e das necessidades relatadas por ele. As demandas pactuadas nas FIPAS deverão ser sistematizadas em grupos específicos, por tipo de vulnerabilidade. Na prática tem-se 05 grupos:

- Grupo de interesse - Documentação Civil
- Grupo de interesse - Educação
- Grupo de interesse - Qualificação Profissional
- Grupo de interesse - Atividade Produtiva
- Grupo de interesse - Equipamento Social

Depois da pactuação de atendimento às demandas identificadas entre o/a articulador/a de políticas públicas integradas e o UP, inicia-se a articulação do seu atendimento pelas secretarias e parceiros para encaminhamento das demandas qualificadas. O/a articulador/a pode realizar diferentes ações, tais como reuniões, visitas, contato telefônico, etc., com as secretarias que tenham potencial para atendimento de cada demanda específica, as secretarias e/ou parceiros devem ser mapeados e classificados para que, em casos mais complexos, haja suporte da SUPIS (Supervisores, Coordenadores Técnicos e Superintendente). Além dos/as articuladores/as de políticas públicas integradas, a SUPIS conta com uma superintendente, dois/duas coordenadores/as (um de inclusão social e um de inserção produtiva), quatro supervisores/as; um/a técnico/a em informática e um/uma auxiliar administrativo.

O acompanhamento dos processos de encaminhamento e inclusão dos UPs serão realizados semanalmente pelas Estações Regionais ou pelos Núcleos de Prevenção Social. Os resultados dos encaminhamentos e inclusões nas demandas pactuadas são atualizados semanalmente nas planilhas de resultados. A expectativa atual é que seja criada uma base de dados que será alimentada a partir da FIPA preenchida, que basicamente, é a FIPA em ambiente de planilha, para que as informações do documento estejam em um ambiente que permita a sistematização dos dados para conhecimento do perfil do Universo Prioritário que está sendo acompanhado, da especificação do tipo e magnitude da demanda que precisará ser atendida para encaminhamento e inclusão, do processo de supervisão das visitas de acompanhamento e das movimentações relevantes que compreende a rotina de gerenciamento do processo.

Esse acompanhamento do processo é muito importante, principalmente no que diz respeito ao monitoramento dos resultados do acompanhamento, com informações desde o processo de inclusão, para medição dos indicadores de resultados. O Acompanhamento dos Universos Prioritários é uma atribuição dos/as articuladores/as de políticas públicas integradas que tem autonomia para construção de parcerias nos territórios de sua atuação.

São atribuições dos/as articuladores/as de políticas públicas integradas:

- Proceder ao acompanhamento dos segmentos e Universos Prioritários no processo de articulação das demandas identificadas com os encaminhamentos a inclusão sócio produtiva;
- Estabelecer sistemática de reuniões com coletivos de famílias;
- Realizar estudos e gerenciamento de casos com ênfase no público jovem;
- Apoiar os processos de difusão social de ações das políticas;
- Identificar e articular as redes locais para encaminhamentos das demandas apontadas em estudos de casos;
- Sistematizar dados e elaborar relatórios.

Inclusão social e produtiva

Um dos principais objetivos do acompanhamento do jovem pelo Programa é a promoção de sua inserção social e produtiva, que se dá, sobretudo, pela articulação da rede no atendimento às demandas que são apresentadas pelo jovem. Diversas demandas são endereçadas mas as principais, que se destacam pela recorrência com que aparecem e por sua importância para o acesso à cidadania e direitos, é a organização da documentação civil e a escolarização.

Uma estratégia de promoção da inclusão social e produtiva de adolescentes e jovens, residentes nas áreas de vulnerabilidade à violência e à criminalidade, é também a qualificação profissional, que se realiza por meio de cursos que ocorrem nas unidades de ensino das empresas parceiras e em equipamentos sociais e comunitários, onde se localizam os jovens, com o plano de atuação trabalhado em conjunto com as secretarias e órgãos Estaduais, Municipais, Federais e o Setor Privado.

Além disso, a inserção produtiva dos jovens é uma parte muito importante do acompanhamento. Existem algumas parcerias com o próprio estado, bem como com organizações do terceiro setor e com a iniciativa privada, para a oferta e destinação de vagas específicas para os beneficiários do Programa, sobretudo os Universos Prioritários.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Indicadores

O Manual de Procedimento Operacional foi o primeiro documento construído pelo Programa e foi a base para a construção dos demais. A definição dos indicadores, bem como a construção do processo de monitoramento e avaliação do Juventude Presente se deram por meio deste documento e levou em consideração toda a cadeia de atendimento do Programa. Foi construído de um fluxo de entrada, desde quando o jovem chega, passando pelo levantamento quantitativo e qualitativo de jovens com demandas levantadas, encaminhadas e inseridas e àqueles que demandam articulação com parceiros. O Programa Juventude Presente possui três tipos de indicadores: operacionais, de desempenho e de efetividade. Além dos indicadores do Programa há também indicadores específicos das ações estratégicas: Oficinas de Conexão Sociocultural e Acompanhamento do Universo Prioritário, sendo também dos três tipos descritos acima.

Dentro do escopo do Programa, as principais demandas desses jovens levantadas até então são: documentação civil, inserção em atividades educativas, qualificação profissional e inserção em atividade produtiva. As demandas são levantadas pela equipe da ponta e o monitoramento e avaliação dos indicadores apontam o quanto tem sido possível realizar dos levantamentos e suas inserções.

O Programa Juventude Presente possui quatro indicadores, e cada uma das ações do Programa também possui seus indicadores. Dentre os quatro **indicadores do Programa**

têm-se dois indicadores de efetividade, um indicador de desempenho e um indicador operacional:

a) Indicadores de Efetividade

- Número de CVLI consumado de usuários vinculados ao Programa Juventude Presente: Consiste no cruzamento da base de dados dos números de crimes violentos letais intencionais (CVLI) consumados entre adolescentes e jovens, com a base de dados dos adolescentes e jovens vinculados ao Programa Juventude Presente;
- Número de CVLI tentado de usuário vinculados ao Programa Juventude Presente: Consiste no cruzamento da base de dados dos números de crimes violentos letais intencionais (CVLI) tentados entre adolescentes e jovens, com a base de dados dos adolescentes e jovens vinculados ao Programa Juventude Presente.

b) Indicador de desempenho

- Percentual de demandas atendidas: Identificar a resolutividade, através do real atendimento às demandas que foram anteriormente identificadas e encaminhadas dos Universos Prioritários. Número total de demandas atendidas pelo número total de demandas encaminhadas multiplicadas por cem.

c) Indicador Operacional

- Percentual de demandas encaminhadas: Identificar dentre as demandas que foram identificadas, quantas de fato foram encaminhadas para resolução. O indicador é o resultado da soma de todas as categorias de demandas encaminhadas divididos pelo número total de demandas levantadas/identificadas multiplicadas por cem.

As **Oficinas de Conexão Sociocultural** têm seus indicadores próprios, um de efetividade, dois de desempenho e cinco operacionais, quais sejam:

a) Indicador de Efetividade

- Percentual de Territórios Prioritários com oficinas em funcionamento.

b) Indicadores de Desempenho

- Número de Roda de Diálogo por modalidade;
- Percentual de jovens inseridos no acompanhamento de UP.

c) Indicadores Operacionais

- Número total de oficinas;
- Número de oficinas executadas;
- Número de oficinas em espera;
- Número de jovens inscritos por CPF;
- Número de inscrições.

Ainda dentro das ações do Programa Juventude Presente existem indicadores específicos para monitorar o **Acompanhamento do Universo Prioritário**, são um de efetividade, dois de desempenho e nove indicadores operacionais:

a) Indicador de efetividade

- Percentual de UPs inseridos em atividades socioprodutivas.

b) Indicadores de desempenho

- Percentual de parcerias estabelecidas;
- Percentual de UPs encaminhados por demandas identificadas.

c) Indicadores Operacionais

- Número de UPs recebidos para cadastro;
- Número de UPs cadastrados (FIPA pactuada);
- Número de UPs não cadastrados;
- Número de UPs em acompanhamento;
- Número de articulações realizadas por demanda levantada;
- Número de demandas de documentação civil levantadas;
- Número de demandas de atividade educacional levantadas;
- Número de demandas de qualificação profissional levantadas;
- Número de demandas de atividade produtiva levantadas.

O controle de resultados requer um processo de monitoramento permanente para assegurar a integração entre o planejamento e a execução, possibilitando ações corretivas e a retroalimentação do ciclo de planejamento. Constituído pela coleta e análise das informações, esse controle interno preza por verificar como estão sendo implementadas as ações dos programas, em relação às metas, às atividades e aos produtos esperados. No que tange ao monitoramento dos resultados, é importante pontuar que ele se diferencia qualitativamente do acompanhamento, pois além de documentar sistematicamente a implantação dos programas, identifica os desvios na execução das atividades propostas, fornecendo as ferramentas para a avaliação. Com base nessa premissa, o monitoramento para o controle de resultados implica em:

- Definir instrumentos e/ou sistemas para coleta de informações sobre o andamento das ações em desenvolvimento;
- Coletar e armazenar as informações;
- Analisar as informações;
- Utilizar as informações para subsidiar o gerenciamento, proporcionando a possibilidade de ações corretivas.

Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação do Programa Juventude Presente é realizado pela Superintendência de Planejamento (SUPLA), responsável pela coordenação do sistema de controle de dados dentro da SPVD. A SUPLA foi responsável pelo processo de construção do marco lógico do Programa, bem como pela carteira de identidade dos indicadores e pela matriz de monitoramento. Esse processo de construção é recente e, por esse motivo, os indicadores estão em fase de testagem e avaliação, o que tem sido feito por meio de relatórios e notas técnicas.

Atualmente, dentro da secretaria está sendo criado um Grupo de Trabalho para o monitoramento desses indicadores. Conforme foi dito acima, os indicadores do Programa

e suas ações ainda estão em fase de teste, tendo em vista sua recente elaboração. O GT de monitoramento também encontra-se em fase de construção e apresenta uma série de desafios para sua implementação, que se dão por uma conjunção de fatores, como alguns processos de reorganização interna da SPVD, e o próprio processo de testagem dos indicadores, que possibilitará uma limpeza da base de dados para que, a partir disso, seja realizado seu acompanhamento efetivo. Os indicadores específicos do Programa são os mais importantes para o trabalho da equipe de gestão do Juventude Presente, tendo em vista que promovem o cruzamento da base dados de CVLI do estado com os atendimentos realizados pelo Programa, de modo a avaliar seu impacto na trajetória dos adolescente e jovens pernambucanos.

O GT de Monitoramento tem como eixos de atuação os seguintes tópicos:

- Monitoramento do Marco Lógico do Programa Governo Presente, do Programa Juventude Presente e de suas respectivas Ações;
- Monitoramento da Matriz de Indicadores (Efetividade, Desempenho e Operacionais);
- Monitoramento dos Manuais de Procedimentos (Planos Operacionais) das Ações;
- Monitoramento dos Instrumentais e Resultados das Ações;
- Monitoramento de demandas das equipes da ponta.

O Grupo de Trabalho funciona a partir de encontros no formato de grupos focais e se mostra como um canal institucional para aprimoramento do planejamento e da execução das ações, projetos e programas da SPVD. Juntamente com as equipes de supervisão das Superintendências, e a partir do diagnóstico das demandas vinculadas ao planejamento e à execução, o GT trabalha com mecanismos, temas e indicadores para a compreensão estrutural e funcional do Programa Governo Presente e o Programa Juventude Presente, e suas respectivas ações.

Isso permite que as equipes de supervisão das superintendências estejam em permanente diálogo com a Coordenadoria de Monitoramento e Gestão por Resultados da Política de Prevenção à Violência (COMGER) e a Superintendência de Planejamento (SUPLA), a fim de que sejam eliminados equívocos de atuação e foco, bem como o aperfeiçoamento das ações, serviços e etapas. Isso se deve, essencialmente, porque a construção da Matriz de Indicadores se deu de forma participativa, dialógica e colaborativa. O GT, permite ainda, a partir da discussão entre equipes, que a matriz seja retroalimentada de forma permanente, dando conta de novos cenários apresentados pelos territórios prioritários. Isso se dá, uma vez que o diálogo das equipes de supervisão das superintendências com as equipes de ponta é um movimento essencial na execução das ações, e, conseqüentemente, de influência nos resultados a serem alcançados.

Dentre os principais instrumentais para o monitoramento e avaliação dos indicadores destacam-se:

- a) Planilha de acompanhamento dos Universos Prioritários: Tem como objetivo informar sobre os resultados do processo de acompanhamento, de maneira que permita a sistematização para medição e monitoramento dos indicadores. Corresponde à base de dados que será alimentada a partir da FIPA, com informações relativas ao resultado do acompanhamento e do processo de inclusão (demandas levantadas e inseridas).
- b) Planilha geral de pactuação: Tem como objetivo listar os Universos Prioritários encaminhados pelos órgãos, de maneira que permita a verificação sobre o status do processo de Pactuação (FIPA Pactuada e Motivo), a partir do recebimento até o resultado de Pactuado ou de não pactuado e por qual motivo. Corresponde a planilha com as informações (Dados básicos e de localização) relativas aos Universos Prioritários recebidos dos órgãos, que deverão ser visitados para preenchimento da Ficha Individual de Pactuação – FIPA.
- c) Planilha de planejamento, execução e monitoramento: Tem como objetivo sistematizar as ações do Programa Juventude Presente bem como os resultados.
- d) Planilha nominal de jovens: Tem como objetivo listar todos os adolescentes e jovens que foram ou são atendidos pelo Programa, seja por meio do acompanhamento ou como participantes das Oficinas de Conexão Sociocultural.

Base de dados de CVLI do estado: É fornecida pela SEPLAG e tem como objetivo o compartilhamento dos dados referentes à CVLI consumados e tentados do estado para que seja realizado um cruzamento com outros dados levantados pelo Programa a fim de compreender os impactos das ações do Juventude Presente nos territórios.

AVANÇOS E DESAFIOS

A Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas de Pernambuco, reforça seu papel pioneiro de articuladora da política de prevenção no estado, conciliando recursos e estratégias em torno do objetivo de conter a violência e se antecipando às ocorrências, com um olhar qualificado para as populações específicas e compreendendo o território como central nesse processo. Nesse sentido, as inovações legislativas representaram uma importante evolução na segurança pública do estado. Dessa forma, a criação da SPVD e do Juventude Presente, bem como a institucionalização da Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência em Pernambuco é um grande avanço no cenário nacional, o Governo de Pernambuco tem hoje um forte mecanismo capaz de permitir à sociedade civil futuros debates, revisões, aprimoramentos e ampliação de conquistas em segurança pública.

Um dos principais desafios do Programa Juventude Presente certamente foi a pandemia da Covid-19. Logo após a criação do Programa e da implantação das primeiras oficinas, no final do ano de 2019, o mundo todo foi surpreendido com a nova doença e foi necessário adaptar as ações do Programa ao cenário de isolamento social. Dessa forma, o contato

inicial com a juventude foi muito prejudicado, tendo em vista que a inclusão digital ainda não é uma realidade na maior parte das comunidades brasileiras. O primeiro ciclo de oficinas do Programa foi o mais afetado, o segundo já teve um público bem maior e agora, com o início do terceiro ciclo, espera-se ampliar ainda mais o atendimento e a capilaridade do Programa nos territórios prioritários.

Um dos principais gargalos que se apresenta, não só para o Programa Juventude Presente, mas de forma geral em todas as políticas que trabalham com as juventudes, relaciona-se à capacitação profissional e inserção produtiva dos adolescentes e jovens. Quando se trata do público que é Universo Prioritário do Programa, o desafio é ainda maior, uma vez que os UPs acompanhados pelo Juventude Presente, muitas vezes, não conseguem se inserir nas vagas que são disponibilizadas pelos parceiros do Programa, tendo em vista uma série de vulnerabilidades que precisam ser superadas em primeira instância, como por exemplo questões com a documentação civil e escolaridade. Nesse sentido a articulação de rede é crucial e, em alguns casos, pode consubstanciar-se como um percalço, sendo, portanto, um ponto de trabalho para o Programa.

“O ingresso no mercado de trabalho guarda relação próxima com o grau de escolaridade da população, o que evidencia a dificuldade de inserção da população menos escolarizada em empregos formais. Atualmente, ainda que a juventude, em geral consiga passar mais tempo em sala de aula e tenha maior escolaridade do que os adultos, os jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola representam 22,29% da população nessa faixa etária. Considerando que até os 14 anos a defasagem escolar é de um ano e que ela aumenta conforme a idade, é possível assumir que os jovens que deixam a escola o fazem sem ter concluído sequer o ensino fundamental. Vale notar que o desinteresse aparece como o principal motivo para a evasão escolar.” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014, p.7)⁷

Atualmente o acompanhamento dos casos tem sido realizado por meio de uma plataforma chamada blogger e as planilhas, que são os principais instrumentos de monitoramento e avaliação do Programa, são armazenadas no ambiente virtual do Google. Um dos principais pontos a serem desenvolvidos com relação ao monitoramento e avaliação do Programa é a digitalização de alguns processos para otimizar a produção e análise dos dados. Além disso, não existem indicadores específicos para os de marcadores sociais da diferença, sendo imprescindível que o Programa volte seu olhar para isso, tendo em vista se tratar de informação necessária para o avanço na construção de uma leitura qualificada do público do Programa, e na efetivação de uma política pública que objetiva alterar um cenário tão complexo como o da violência letal que assola a juventude brasileira, sendo que essa juventude é sabido: tem classe social e cor definidos.

⁷https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Sistematizacao_e_xperiencias_prevencao_violencia_entre_jovens_2014.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

Fórum brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública. 2022.

Governo do Estado de Pernambuco. Fórum Estadual de Segurança Pública. Plano Estadual de Segurança Pública. 2007.

Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas. Manual de Procedimentos do Programa Juventude Presente. 2021.

Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas. Carteira de Identidade dos Indicadores do Programa Juventude Presente. 2022.

Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas. Marco Lógico e Matriz de Indicadores do Programa Juventude Presente. 2022.

Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas. Metodologia das Oficinas de Conexão Sociocultural. 2021.

MONTEIRO, J. Quem são os jovens Nem-Nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Texto para Discussão n.34, FGV-IBRE, Rio de Janeiro, Set. 2013.

Projeto de prevenção da violência entre adolescentes e jovens no Brasil – Estratégias de Atuação. Polícia e juventude: novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. 2010.

Projeto Juventude e Prevenção da Violência – Guia prático – Estratégias para atuação de educadores sociais em contextos violentos. 2011.

Projeto Juventude e Prevenção da Violência – Relatório de atividades: síntese das ações, produtos e conclusões. 2011.

Projeto Juventude e Prevenção da Violência – Sistematização de experiências de prevenção à violência entre jovens. 2010.